

POLÍCIA MILITAR

DE MINAS GERAIS

**DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS
CENTRO DE RECRUTAMENTO E SELEÇÃO**

**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESTRATÉGICA
DE SEGURANÇA PÚBLICA (CEGESP) DA POLÍCIA MILITAR
DE MINAS GERAIS PARA O ANO DE 2022.**

CEGESP/2022

(Edital nº 13/2021, de 19 de novembro de 2021)

GABARITO PRELIMINAR

1ª QUESTÃO	A	B	C	D
2ª QUESTÃO	A	B	C	D
3ª QUESTÃO	A	B	C	D
4ª QUESTÃO	A	B	C	D
5ª QUESTÃO	A	B	C	D
6ª QUESTÃO	A	B	C	D
7ª QUESTÃO	A	B	C	D
8ª QUESTÃO	A	B	C	D
9ª QUESTÃO	A	B	C	D
10ª QUESTÃO	A	B	C	D
11ª QUESTÃO	A	B	C	D
12ª QUESTÃO	A	B	C	D
13ª QUESTÃO	A	B	C	D
14ª QUESTÃO	A	B	C	D
15ª QUESTÃO	A	B	C	D
16ª QUESTÃO	A	B	C	D
17ª QUESTÃO	A	B	C	D
18ª QUESTÃO	A	B	C	D
19ª QUESTÃO	A	B	C	D
20ª QUESTÃO	A	B	C	D

21ª QUESTÃO	A	B	C	D
22ª QUESTÃO	A	B	C	D
23ª QUESTÃO	A	B	C	D
24ª QUESTÃO	A	B	C	D
25ª QUESTÃO	A	B	C	D
26ª QUESTÃO	A	B	C	D
27ª QUESTÃO	A	B	C	D
28ª QUESTÃO	A	B	C	D
29ª QUESTÃO	A	B	C	D
30ª QUESTÃO	A	B	C	D
31ª QUESTÃO	A	B	C	D
32ª QUESTÃO	A	B	C	D
33ª QUESTÃO	A	B	C	D
34ª QUESTÃO	A	B	C	D
35ª QUESTÃO	A	B	C	D
36ª QUESTÃO	A	B	C	D
37ª QUESTÃO	A	B	C	D
38ª QUESTÃO	A	B	C	D
39ª QUESTÃO	A	B	C	D
40ª QUESTÃO	A	B	C	D

Belo Horizonte, 02 de fevereiro de 2022.

**(a) CLAUDIO APARECIDO DA SILVA, TEN CEL PM
CHEFE DO CENTRO DE RECRUTAMENTO E SELEÇÃO**



**DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS
CENTRO DE RECRUTAMENTO E SELEÇÃO**



PROCESSO SELETIVO INTERNO PARA ADMISSÃO AO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESTRATÉGICA DE SEGURANÇA PÚBLICA DA POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS PARA O ANO DE 2022.

CEGESP/2022

(Edital DRH/CRS n. 13/2021, de 19 de novembro de 2021).

Doutrina Operacional – Legislação Institucional – Legislação Jurídica.

NOME: _____
CPF: _____ **IDENTIDADE:** _____
NR PM: _____ **SALA:** _____
DATA: _____.

ORIENTAÇÕES AOS CANDIDATOS:

1. Respeitar rigorosamente as normas de prevenção da COVID-19.
2. Abra este caderno de prova somente quando autorizado.
3. Prova sem consulta.
4. Esta prova contém 40 (quarenta) questões, valendo 2,5 (dois vírgula cinco) pontos cada e valor total de 100 (cem) pontos.
5. Para cada questão existe somente uma resposta correta.
6. Responda as questões e marque a opção na folha de respostas, usando caneta (tinta azul ou preta). É proibido utilizar lápis, lapiseira ou similares e borracha.
7. Não será admitido qualquer tipo de rasura na folha de respostas. As questões rasuradas ou em branco ou com dupla marcação serão consideradas nulas para o candidato.
8. O tempo máximo permitido para a realização da prova será de 180 (cento e oitenta) minutos, incluindo o preenchimento da folha de respostas.
9. É proibido o porte/posse de lápis, lapiseira, borracha, de aparelhos e equipamentos eletrônicos, computadores, máquinas calculadoras, telefones celulares, relógios de qualquer tipo, alarmes de veículos, chaves ou outros similares.
10. Iniciada a prova, os candidatos somente poderão deixar a sala, e a esta retornar, exclusivamente para uso de sanitários ou bebedouros (respeitadas as regras de controle e prevenção da COVID-19), no intervalo de tempo abrangido pela segunda hora de realização da prova, devidamente acompanhados por fiscal do concurso.
11. Ao final da prova, entregue ao aplicador a folha de respostas da prova objetiva e o caderno de provas, devidamente preenchidos, conferidos e assinados.

Assinatura do Candidato

1ª QUESTÃO – Em relação à **Diretriz n. 8002.2/2020-CG**, que estabelece parâmetros, disciplina e organiza a Gestão do Desempenho Operacional na Polícia Militar de Minas Gerais, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- A. () Para a definição das metas das RPM, teve por base o resultado de cada indicador considerando todas as UEOp. Esse método foi nomeado de “Quartis Adaptados” (QA), em analogia ao conceito de “quartis”, utilizado pela estatística.
- B. () A metodologia dos quartis adaptados (QA) é aplicada aos indicadores finalísticos da GDO, não podendo se estender aos demais indicadores de desempenho.
- C. () Em relação às metas dos indicadores, comparando-se o resultado da UEOp com a média do Estado para cada indicador, foram essas distribuídas em 4 faixas de intervalos, cada qual com percentuais específicos de redução:
 - 1º QA – UEOp com resultado abaixo da metade da média do indicador do Estado;
 - 2º QA – UEOp com resultado entre a metade da média e a média do indicador do Estado;
 - 3º QA – UEOp com resultado entre a média e o dobro da média do indicador do Estado;
 - 4º QA – UEOp com resultado acima do dobro da média do indicador do Estado.
- D. () Sugere-se aos Comandantes nos diversos níveis a utilização de parâmetros do método dos “Quartis Adaptados” para o desdobramento das metas de TCV, THC, TQF, IAF, TRI e RQV de suas respectivas Subunidades.

2ª QUESTÃO – Em relação à **Diretriz n. 3.01.10/2019-CG**, que norteia a atuação da Polícia Militar de Minas Gerais segundo a Filosofia de Polícia Comunitária, acerca dos Princípios da Doutrina de Polícia Comunitária na PMMG, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- A. () Foco na resolução de problemas.
- B. () Autonomia e Criatividade.
- C. () Transparência e prestação de contas da atuação policial militar.
- D. () Gestão por resultados.

3ª QUESTÃO – Analise as assertivas abaixo em relação à **Instrução n. 3.03.21/2017-CG - 2ª Edição Revisada**, que regula o emprego das Bases do Projeto Segurança Comunitária:

- I. A alteração nos horários de emprego e locais de instalação das Bases de Segurança Comunitária (BSC) será precedida de estudo que deverá ser enviado ao respectivo Comando Regional para aprovação.
- II. A setorização permite que os recursos disponíveis na Unidade de Execução Operacional sejam dispostos no território com maior racionalidade e eficiência, com base em informações de análise criminal e inteligência de segurança pública, a partir da identificação e monitoramento dos alvos prioritários, dos locais e territórios que mereçam atenção.

- III. A subdivisão das Companhias PM em setores é medida primordial a ser adotada pelas Unidades de Execução Operacional (UEOp) contempladas com as Bases de Segurança Comunitária. Cada Região de Polícia Militar (RPM) deverá elaborar seu respectivo plano de setorização.
- IV. O efetivo empregado será de quatro policiais militares por turno de serviço, diariamente. A Base deverá funcionar preferencialmente com a totalidade dos policiais militares, sendo que, em caso de indisponibilidade, o Comandante de Companhia poderá providenciar a substituição do militar.

Estão **CORRETAS** as assertivas:

- A. () II, III e IV, apenas.
- B. () II e IV, apenas.
- C. () II e III, apenas.
- D. () Todas estão corretas.

4ª QUESTÃO – Em relação à **Instrução n. 3.03.28/2020-CG**, que regula a atuação do policial militar no gerenciamento de crises decorrentes de incidentes críticos de natureza policial, marque a alternativa **INCORRETA**:

- A. () O principal objetivo da Gestão de Riscos é avaliar as incertezas de forma a tomar a melhor decisão possível na criação e proteção de valores humanos e bens materiais.
- B. () A gestão de riscos é a parte de um processo maior chamado gerenciamento de crises. Gestão de Riscos é o processo de planejar, organizar, dirigir e controlar os recursos humanos e materiais de uma organização para minimizar ou aproveitar as incertezas do ambiente sobre essa organização.
- C. () Há uma relação direta entre a Gestão de Risco e o Gerenciamento de Crises. No processo de gestão de riscos avaliam-se as incertezas, e planejam-se os recursos de forma a reduzir ao mínimo possível os impactos quando não for possível evitar a eclosão de um incidente crítico e, conseqüentemente, houver necessidade de realizar o gerenciamento de uma crise. Em outras palavras a primeira atividade dá suporte à segunda.
- D. () A gestão do risco deve acontecer em todos os níveis da estrutura e em todos os negócios da corporação. Uma abordagem ampla e corporativa permite que a organização preveja os impactos do risco em todos os seus produtos e serviços e crie oportunidades de crescimento.

5ª QUESTÃO – Assinale a alternativa **CORRETA** em relação à **Resolução n. 4827/2019-CG**, que contém o Portfolio de Serviços da Polícia Militar de Minas Gerais:

- A. () Para a criação de novos serviços, deverá haver a análise de viabilidade do projeto piloto, que conterá a descrição para a sua implementação prevendo as variáveis como: prazo de teste, a finalidade, o objetivo, o período de implementação, os recursos humanos e logísticos necessários, os mecanismos de controle, os indicadores de avaliação, dentre outros, e somente poderá ser implementado com autorização do Comando-Geral.

- B. () A ativação e desativação de serviços contidos no Portfolio ficará a cargo do Comandante da Unidade de Execução Operacional (UEOp), quando se tratar de serviços essenciais, devendo a UDI cientificar através de mensagem via Painel Administrativo “PA”, o nível estratégico e a Diretoria de Operações.
- C. () As UDI de execução operacional que desejarem desativar determinados serviços eletivos ou apresentar proposta de criação de novos serviços que não estejam contemplados no Portfolio deverão proceder o Estudo de Situação, encaminhando-o ao nível estratégico da PMMG para análise e decisão posterior do escalão superior.
- D. () Ciclopatrulha, GEPTur e Policiamento Velado são classificados como portfolios eletivos da PMMG.

6ª QUESTÃO – Analise as assertivas abaixo, em relação ao **Manual Técnico-Profissional n. 3.04.02/2020-CG**, que versa sobre Abordagem a Pessoas:

- I. A busca pessoal em mulheres suspeitas de portarem objetos ilícitos deverá ser realizada, preferencialmente, por outra mulher profissional de polícia ou encarregada de fazer cumprir a lei. Em momento algum poderão ser convocadas pessoas leigas ou civis, para realizar buscas em caso de suspeição, pois isto colocará em risco a segurança e a integridade física destas pessoas.
- II. Em casos extremos, caso o policial militar necessite realizar uma busca em uma mulher, esta deverá ser feita com respeito e profissionalismo, em local discreto e, sempre que possível, na presença de testemunhas, preferencialmente, do sexo feminino. O policial militar deve evitar o contato físico com a abordada, principalmente nas partes íntimas, procurando limitar-se a orientá-la quanto aos procedimentos a serem adotados.
- III. Em atuação policial na abordagem a diversidade sexual, em regra, a definição do gênero do policial que deve fazer a busca pessoal segue a orientação do gênero do abordado, independente de orientação sexual. Ao abordar um homossexual, deve-se evitar a leitura do seu nome de registro, constante na Carteira de Identidade, em voz alta, para outros policiais militares e público presente.
- IV. Durante o atendimento de ocorrências, não conduzir crianças e adolescentes em compartimento fechado da viatura. Contudo, em casos extremos, em que o adolescente apresentar séria ameaça à integridade física dos policiais militares, devido a sua complexão física avantajada, com atitudes violentas em resistência à ação policial, e com histórico de atos infracionais violentos, poderá ser admitido o uso de algema e condução em compartimento fechado de veículo policial, visando até mesmo a segurança do adolescente. Quando possível esse procedimento poderá ser constado e justificado no REDS.

Estão **CORRETAS** as assertivas:

- A. () I, II e III, apenas.
- B. () I e II apenas.
- C. () Todas estão corretas.
- D. () I, II e IV, apenas.

7ª QUESTÃO – Em relação à **Diretriz n. 3.01.01/2019** – Diretriz Geral para Emprego Operacional/CG – DGEOp, que regula o emprego operacional da Polícia Militar de Minas Gerais, assinale a alternativa **CORRETA**:

- A. () Para a criação de um Batalhão de Policiamento Especializado (BPE), seu efetivo existente deve conter no mínimo 350 (trezentos e cinquenta) policiais militares. Para a criação das Companhias de Polícia Militar Independente de Policiamento Especializado (Cia PM Ind. PE), seu efetivo existente deve conter no mínimo 150 (cento e cinquenta) policiais militares.
- B. () A criação de novas UEOps com responsabilidade territorial fica condicionada à capacidade interna de efetivo e infraestrutura operacional da RPM, sendo necessário, para a sua propositura, a presença dos serviços do portfólio destinados ao primeiro esforço obrigatoriamente e segundo esforço de forma opcional.
- C. () Para se criar mais de um Batalhão na sede de um município, a população desta localidade tem que ser acima de 400 (quatrocentos) mil habitantes.
- D. () Havendo o interesse do Comandante do Batalhão de Polícia Militar em criar ou recategorizar uma UEOp, deve-se proceder o Estudo de Situação, encaminhando-o ao nível tático da PMMG, para a devida avaliação técnica e emissão de parecer fundamentado pela P/3 e Comandante da Região, e posterior ratificação pela Assessoria Estratégica de Emprego Operacional (PM3), como forma de subsidiar a decisão do Chefe do Estado-Maior da PMMG.

8ª QUESTÃO – Assinale a alternativa **INCORRETA** em relação à **Diretriz n. 3.01.09/2018-CG**, que regula a atuação da Polícia Militar de Minas Gerais segundo a filosofia de Direitos Humanos:

- A. () O parâmetro que norteará a atuação policial em casos de conflito de direitos humanos será a manutenção da ordem pública.
- B. () Na ótica do idealismo, a construção de uma sociedade, com pessoas e instituições que agem estritamente com respeito aos Direitos Humanos, baseia-se na elaboração de ideais e de princípios que possam inspirar determinada população em tais práticas.
- C. () As leis, os costumes, as culturas, as religiões, as instituições e várias outras idealizações abstratas possibilitaram a supremacia do homo sapiens no mundo. Da mesma forma, os Direitos Humanos, enquanto ideais, apesar de não serem concretos, e em algumas circunstâncias irrealizáveis (como por exemplo nos casos de conflito de direitos), são tão importantes para a coesão social e a existência da espécie humana.
- D. () Direitos absolutos são direitos que não podem ser abolidos, anulados ou invalidados, mas podem ser limitados ou restritos de acordo com as circunstâncias.

9ª QUESTÃO – Analise as assertivas abaixo em relação à **Instrução n. 3.03.15/2020-CG**, que regula a atuação policial militar na prevenção e enfrentamento à violência doméstica e familiar contra mulheres no Estado de Minas Gerais:

- I. O fundamento basilar para toda e qualquer ação policial desenvolvida para o controle da violência doméstica e familiar tem sustentação no inciso III, art.1º, e parágrafo 8º, art. 226, ambos da Constituição da República Federativa do Brasil. O primeiro concerne ao princípio da dignidade humana e o segundo contém os preceitos da preservação da vida e da liberdade.
- II. A Comissão de seleção para a composição da PPVD será integrada pelo Subcomandante, o Chefe da P/2, o Chefe da P/3 e o Oficial Psicólogo, devidamente publicada em Boletim Interno, e pautará seus trabalhos com o objetivo de selecionar o(s) policial(is) militar(es) com o melhor perfil para o desenvolvimento do Serviço. Se a UEOp não possuir Oficial Psicólogo, poderá solicitar à Unidade mais próxima a assessoria técnica do profissional, com aquiescência da respectiva Unidade de Direção Intermediária (UDI).
- III. O protocolo de primeira resposta da PPVD tem como objetivo estabelecer padrões mínimos para o atendimento de ocorrências policiais de violência doméstica e familiar contra mulheres no Estado de Minas Gerais, bem como desenvolver fundamentos operacionais que assegurem padrões de excelência no atendimento por parte dos policiais militares. Os procedimentos operacionais deverão ser adotados conforme a atribuição constitucional, obedecendo a normas vigentes, inclusive as providências previstas na Diretriz Integrada de Ações e Operações do Sistema Integrado de Defesa Social de Minas Gerais (DIAO/SIDS).
- IV. A Lei nº 13.827, de 13 de maio de 2019, alterou a Lei nº 11.340/2006 e ampliou a competência para que policiais militares pudessem autorizar medidas protetivas de urgência. Uma das principais mudanças foi a possibilidade de não mais se exigir autorização judicial, após verificada a existência de risco atual ou iminente à vida ou à integridade física da mulher ou de seus dependentes, para que seja executada a medida cautelar de afastamento imediato do lar, domicílio ou local de convivência pelo agressor.

Estão **CORRETAS** as assertivas:

- A. () I, II e III, apenas.
- B. () I, II e IV, apenas.
- C. () Todas estão corretas.
- D. () III e IV, apenas.

10ª QUESTÃO – Marque a alternativa **CORRETA** em relação à **Instrução n. 3.03.23/2017-CG**, que padroniza os procedimentos Operacionais em Ocorrências de Ataques a Agências Bancárias e Similares:

- A. () Atualmente, esta modalidade criminosa tem ocorrido em áreas restritas no interior do estado e, de modo geral, o alvo dos infratores são cidades que apresentam considerável vulnerabilidade das agências financeiras, com menor efetivo policial militar, em horário de maior movimentação de transeuntes e de fácil acesso às rotas de fuga, inclusive e especialmente àquelas limítrofes com outro Estado.

- B. () As principais características dos grupos criminosos dedicados a ataques em instituições financeiras são em geral: pequeno efetivo de marginais bem treinados, com atuação planejada e específica; considerável poder bélico, no entanto sem a prática de disparos de arma de fogo em via pública; investidas contra aquartelamentos e enfrentamento às forças policiais militares; utilização de grande quantidade de materiais explosivos e, em alguns casos, o uso de reféns.
- C. () O objetivo do Plano de Contingência é criar a sistematização das ações voltadas à fase preventiva. Significa dizer que seu foco central é propiciar ações que direcionem a resposta ao maior nível de ações coordenadas. Neste plano, serão inscritos todos os procedimentos operacionais a serem adotados, subsidiado pelo Mapa de Perigo Local e Construção da Base de Informações.
- D. () As ações de inteligência, que viabilizem a produção de conhecimentos relevantes, bem como o assessoramento oportuno para a tomada de decisão, são preponderantes para a efetividade no combate dessa modalidade criminosa, de forma antecipada e cirúrgica. São ações importantes, dentre outras, a manutenção de rotina de coleta e atualização dos dados dos municípios e alvos das ações; mapeamento dos caixas eletrônicos; identificação de veículos envolvidos nos crimes e a produção de documentos de inteligência, inclusive de apreciações com indicação de riscos de tendência de eclosão do crime nos municípios.

11ª QUESTÃO – Analise as assertivas abaixo em relação ao **Manual Técnico-Profissional n. 3.04.01/2020-CG**, que versa sobre Intervenção Policial, Processo de Comunicação e Uso da Força:

- I. Preparo Mental é o processo de análise do cenário da intervenção policial-militar (leitura do ambiente). Consiste em mapear as diferentes áreas do “teatro de operações” em função dos riscos avaliados, identificar perímetros de segurança para atuação, priorizar os pontos que exijam maior atenção e tentar interferir no processo mental do agressor, limitando sua ação.
- II. Considera-se nível de Intervenção III, aquelas em que há certeza do cometimento da infração, caracterizando ações repressivas. Neste caso, a avaliação de riscos indica que existe indício de ameaça à segurança (do policial militar ou de terceiros). Assim, o policial militar deverá manter-se em condições de respondê-la. Neste tipo de intervenção, podem ser realizadas buscas em pessoas, veículos ou edificações, pois as equipes envolvidas iniciam suas ações com algum risco já conhecido (indício) e o policial militar deverá estar pronto para enfrentá-lo.
- III. No Estado de Alerta, o policial militar detecta um problema e está ciente de que um confronto é provável. Embora ainda não haja necessidade imediata de reação, o policial militar se mantém vigilante, identifica prováveis riscos que exijam uso da força e calcula o nível de resposta adequado. É representado pela cor laranja.
- IV. A Avaliação de Riscos possibilita o uso de técnicas e táticas adequadas às diversas formas de intervenção policial. Para cada nível de risco determinado, haverá condutas operacionais pré-estabelecidas como referência para a ação policial-militar, cabendo-lhe selecionar os procedimentos mais adequados a cada situação.

Estão **CORRETAS** as assertivas:

- A. () II, III e IV, apenas.
- B. () II e IV, apenas.
- C. () III e IV, apenas.
- D. () I, II e IV, apenas.

12ª QUESTÃO – Em relação à **Nota Técnica n. 1.7/2018-DAOp**, que contém orientações operacionais face à prática do inc. II do art.161 do Código Penal Brasileiro (Esbulho Possessório), assinale a alternativa **INCORRETA**:

- A. () Turbação é a retirada forçada do bem de seu legítimo possuidor, que pode se dar violenta ou clandestinamente. Neste caso, o possuidor tem o direito de ter a posse de seu bem restituída, utilizando-se, para tanto, de sua própria força, desde que seus atos de defesa não transcendam o indispensável à restituição.
- B. () A ação de reintegração de posse é cabível ao possuidor que visa recuperar sua posse violada em decorrência de esbulho, ou seja, o possuidor foi privado de exercer seus direitos perante o imóvel o qual detinha a posse.
- C. () A imissão da posse é a concessão da posse a alguém legalmente, ou seja, é a que tem escopo a aquisição da posse pela via judicial.
- D. () A reintegração de posse é uma medida secundária que deve ser tratada no juízo cível, cabendo à PMMG cumprir a Ordem Judicial de apoio ao Oficial de Justiça no cumprimento do Mandado.

13ª QUESTÃO – O resultado obtido pelo militar na respectiva Avaliação Anual de Desempenho e Produtividade (AADP) é requisito a ser considerado para obtenção de determinados direitos e vantagens. Nesse sentido, observando estritamente o contido na **Lei n. 5.301/1969**, que contém o Estatuto dos Militares do Estado de Minas Gerais - EMEMG, analise as assertivas abaixo:

- I. A AADP integra um dos três fatores de avaliação a serem considerados na Avaliação de Desempenho Individual (ADI). Nesse sentido, para que tenha desempenho satisfatório na ADI, para fins de percepção de Adicional de Desempenho (ADE), é necessário que o militar obtenha resultado igual ou superior a 70% na AADP.
- II. O militar com resultado de AADP igual ou inferior a 60% não concorrerá à promoção por antiguidade e merecimento.
- III. O resultado em AADP não é requisito a ser observado para a promoção por tempo de serviço de Soldado de 1ª Classe a Cabo e de Cabo a 3º Sargento.
- IV. Dentre os requisitos para a promoção ao posto ou graduação imediatos na inatividade, não está o resultado obtido na AADP.

Marque a alternativa **CORRETA**:

- A. () Apenas uma assertiva é falsa.
- B. () Apenas uma assertiva é verdadeira.
- C. () Apenas duas assertivas são verdadeiras.
- D. () Todas as assertivas são falsas.

14ª QUESTÃO – Sobre o sistema de dosimetria da sanção disciplinar estabelecido pela **Lei Estadual n. 14.310/2002** - Código de Ética e Disciplina dos Militares do Estado de Minas Gerais - CEDM, analise as assertivas abaixo e ao final marque a alternativa **CORRETA** em relação ao que se pede:

- I. Ao se analisar o sistema de dosimetria da sanção disciplinar estabelecido pelo CEDM, constata-se que, nem sempre, o militar será sancionado ao final do enquadramento disciplinar. Basta que a sua pontuação positiva decorrente das atenuantes e recompensas sejam superiores em relação à pontuação negativa base somada às agravantes.
 - II. Somente as sanções disciplinares de advertência, repreensão, prestação de serviço e suspensão terão sua imposição vinculadas à aplicação da regra matemática estabelecida no CEDM de atribuição de pontuação positiva e negativa no julgamento da transgressão, cujo somatório indicará uma das mencionadas sanções a ser aplicada.
 - III. O CEDM elenca as circunstâncias atenuantes e agravantes a serem consideradas na dosimetria da sanção disciplinar. A cada atenuante será atribuído um ponto positivo e a cada agravante, um ponto negativo, partindo-se da seguinte pontuação negativa base: cinco pontos para transgressão de natureza leve; quinze pontos para transgressão de natureza média; vinte e cinco pontos para transgressão de natureza grave.
 - IV. Dentre as circunstâncias atenuantes, tem-se o fato de haver sido cometida a transgressão disciplinar quando da prática de ação meritória. Assim, tendo sido aplicada a referida circunstância, restará afastada a possibilidade de concessão de recompensa.
- A. () Apenas duas assertivas são verdadeiras.
B. () Apenas uma assertiva é verdadeira.
C. () Todas as assertivas são verdadeiras.
D. () Apenas uma assertiva é falsa.

15ª QUESTÃO – Relacione a segunda coluna de acordo com a primeira, que apresenta alguns “CONCEITOS E DEFINIÇÕES” constantes do **Manual de Processos e Procedimentos Administrativos das Instituições Militares de Minas Gerais (MAPPA)**:

- | | |
|---|----------------------------------|
| (1) É o ato formal da Administração indicando que tomou conhecimento de fato, em tese, tido como transgressão disciplinar, através de queixa, relatório reservado, portaria ou documento similar. | () Procedimento administrativo. |
| (2) Tem origem e razão de ser no interesse e na necessidade de aperfeiçoamento progressivo do serviço público. Pode ser conceituado como a força inerente à Administração Pública de apurar irregularidades e infligir sanções às pessoas adstritas ao regime disciplinar dos órgãos e serviços públicos. | () Ação disciplinar. |
| | () Poder disciplinar. |
| | () Procedimento. |
| | () Termo. |

- (3) Modalidade de processo ou de investigação administrativa de rito mais célere ou de caráter meramente investigativo, com o intuito de apurar conduta infracional, antiética ou passível de recompensa.
- (4) Formaliza os atos praticados no curso do processo/procedimento administrativo.
- (5) Equivale a rito, ou seja, como o processo se realiza em cada caso.

Marque a alternativa que contém a sequência **CORRETA** de respostas, na ordem de cima para baixo:

- A. () 3, 4, 5, 2, 1.
- B. () 3, 1, 2, 5, 4.
- C. () 5, 1, 3, 4, 2.
- D. () 4, 1, 2, 3, 5.

16ª QUESTÃO – Com fulcro na **Resolução Conjunta n. 4.338/2014**, que dispõe sobre os parâmetros para declaração de ação legítima, leia as assertivas abaixo e assinale a alternativa **CORRETA**:

- A. () Caso a autoridade militar tenha decidido por “deixar de manifestar acerca da legitimidade da ação do militar [...], tendo em vista a inexistência de elementos necessários ao convencimento desta autoridade”, surgindo novas provas, poderá haver a revogação do referido ato, com a consequente expedição de novo ato de declaração da legitimidade ou ilegitimidade da ação. Tendo sido o referido ato expedido por Comandante de Batalhão, caberá ao respectivo Comandante Regional a sua revogação com a expedição de novo ato.
- B. () Nos casos de práticas de infrações penais, cujas apurações criminais forem realizadas por órgãos distintos da IME, a declaração de ação legítima se dará mediante requerimento da parte interessada ou de ofício pelo Corregedor da respectiva IME ou autoridade militar superior a ele, quando for o caso, a quem a documentação será remetida, devidamente instruída e com ofício motivado, sobre o mérito da ação, do Comandante do militar envolvido. O prazo para apresentação do requerimento descrito neste artigo decai na esfera administrativa em 5 anos.
- C. () Sabe-se que a Autoridade Militar pode anular seus próprios atos quando eivados de nulidade. Assim, em regra, um ato administrativo com motivação e fundamentação inadequados pode ser anulado pela autoridade que o expediu. Contudo, tratando-se de ato administrativo que declara a legitimidade ou ilegitimidade da ação, este somente poderá ser anulado apenas pelo Corregedor ou autoridade militar superior a ele.
- D. () Havendo a instauração de Inquérito Policial Militar (IPM) por Comandante de Batalhão, tendo como investigados militares lotados na respectiva Unidade e outra UEOp situada no mesmo Comando Regional, caberá à autoridade que instaurou o IPM decidir acerca da declaração da legitimidade da ação, ou, na sua omissão, à Autoridade Militar que detém o poder disciplinar sobre os militares.

17ª QUESTÃO – Nos exatos termos da **Resolução n. 4.234/2012**, que estabelece procedimentos e competência para a proposição, formalização, celebração, execução e prestação de contas de convênios e outros instrumentos congêneres no âmbito da Polícia Militar de Minas Gerais, ao tratar da “Competência para Celebração”, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- A. () É da competência privativa e indelegável do Comandante-Geral a celebração de convênios, acordos, ajustes e instrumentos congêneres com órgãos e entidades da Administração Pública, nas esferas Federal, Estadual ou Municipal, pessoa jurídica de direito privado e pessoa natural, quando ocorrer transferência de recursos financeiros à PMMG, ainda que a título de indenização.
- B. () Fica subdelegada aos Comandantes, Diretores e Chefes em nível de Comando Intermediário a competência para a celebração de convênios, acordos, ajustes e instrumentos congêneres com órgãos da Administração Pública direta ou indireta, nas esferas Federal, Estadual, do Distrito Federal e Municipal, pessoa jurídica de direito privado e pessoa natural, desde que não conflitem com as competências exclusivas do Comandante-Geral, quando o objeto envolver reflexos exclusivos na esfera de sua responsabilidade.
- C. () Todo processo contendo proposta de convênio com vistas à realização de estágios em Unidades da PMMG ou que objetive descontos em mensalidades em cursos de instituições de ensino deverá estar instruído com parecer da Diretoria de Educação Escolar e Assistência Social (DEEAS).
- D. () Fica subdelegada aos Comandantes de Unidades de Execução Operacional e Chefes de Centros a competência para a celebração de convênios, acordos, ajustes e instrumentos congêneres com órgãos da Administração Pública direta ou indireta, nas esferas Federal, Estadual, do Distrito Federal e Municipal, pessoa jurídica de direito privado e pessoa natural, desde que não conflitem com as demais competências mencionadas Resolução n. 4.234/2012.

18ª QUESTÃO – A **Resolução n. 4.745/2018- CG**, que dispõe sobre a lavratura do Termo Circunstanciado de Ocorrências - TCO pela PMMG, estabeleceu o Procedimento Operacional Padrão (POP nº 1.9.0.033), que trata da lavratura do REDS-TC para infrações de menor potencial ofensivo de medida sanitária. Nos termos do mencionado POP, sendo constatada a prática do crime previsto no art. 268 do CP (infringir determinação do poder público, destinada a impedir a introdução ou propagação de doença contagiosa), assinale a alternativa **CORRETA**:

- A. () Fica dispensada a colheita da assinatura do autor portador de doença infectocontagiosa no Termo de Compromisso de Comparecimento em juízo, visando preservar o contágio dos militares.
- B. () Constatado o cometimento do crime previsto no art. 268 do CP, não haverá a lavratura do REDS-TC, devendo o autor ser conduzido à Delegacia de Polícia.
- C. () O policial militar deverá confeccionar o REDS-TC no local da ocorrência, certificando-se que o autor delitivo preencha os requisitos legais para tal (se o REDS-TC for confeccionado em ponto de apoio ou Unidade/Fração, a guarnição deve deslocar com as partes).

- D. () O autor será liberado no local ou, em caso de descumprimento de medida de isolamento, deverá ser conduzido a um Hospital, onde só poderá ser liberado sob cuidados médicos.

19ª QUESTÃO – A Resolução n. 5.065/2021, que dispõe sobre os procedimentos para transmissão de cargos e funções na PMMG, bem como preservação e registro do conhecimento acumulado e produzido pelos respectivos ocupantes, estabelece, em seu Anexo II, o “PROTOCOLO PARA TRANSMISSÃO DE FUNÇÃO POR NÍVEL ORGANIZACIONAL”. Sobre o referido protocolo, **especificamente no que tange à UDI, UEOp e UEAp**, analise as assertivas abaixo:

- I. Os militares substituído e substituto deverão agendar reunião para que o militar substituído apresente ao militar substituto as informações mais relevantes para a continuidade das atividades da Unidade envolvida para que ambos procedam à assinatura e entrega do Relatório de Transição de Cargo ou Função.
- II. A reunião entre os militares substituído e substituto deverá se dar de forma presencial, a ocorrer no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis.
- III. Realizada a reunião e a entrega do relatório, caberá ao militar substituído anunciar à autoridade militar que estiver diretamente subordinado a conclusão do processo, enviando cópia do relatório por meio eletrônico e destacando, se houver, os pontos mais relevantes observados, devendo manter uma cópia na unidade para eventuais consultas.
- IV. A reunião contará com a participação obrigatória, além do substituto e substituído, de todos os oficiais do Estado-Maior da Região ou Comando, de Chefe de Seções do Estado-Maior, de Chefe de Seções subordinadas diversas, conforme as peculiaridades da estrutura da Unidade envolvida.

Assinale a alternativa **CORRETA**:

- A. () Apenas duas assertivas são verdadeiras.
- B. () Apenas uma assertiva é verdadeira.
- C. () Apenas uma assertiva é falsa.
- D. () Todas as assertivas são verdadeiras.

20ª QUESTÃO – Nos termos da Resolução n. 5.135/2021, que dispõe sobre a aquisição, a venda, o cadastro, o registro, a posse e o porte de arma de fogo, munição e colete de proteção balística de propriedade dos policiais militares da PMMG, marque a alternativa que **NÃO CONSTITUI** uma das situações impeditivas à autorização para aquisição de arma de fogo no âmbito da PMMG:

- A. () Estar cumprindo pena privativa de liberdade, por sentença transitada em julgado, ou preso à disposição da Justiça, enquanto perdurar essa situação.
- B. () Haver ingressado na Instituição mediante decisão judicial de caráter provisório, em medida liminar, até o trânsito em julgado da sentença de mérito.
- C. () Encontrar-se afastado do exercício de função por decisão judicial.
- D. () Ter sido transferido para a reserva não remunerada.

21ª QUESTÃO – Em relação à **Resolução n. 5.139/2021**, que aprovou o Manual de Gestão de Imóvel da Polícia Militar de Minas Gerais, marque a alternativa **CORRETA**:

- A. () A concessão de uso é um contrato administrativo pelo qual a administração confere, por meio de processo licitatório, a pessoa determinada, o uso privativo de bem público.
- B. () A autorização é o termo no qual a administração consente, gratuita ou onerosamente, o uso de bem público para outro ente federado, devendo ser o cessionário incumbido de desenvolver atividade de interesse para a coletividade.
- C. () A cessão de uso é o ato administrativo unilateral, discricionário e precário, pelo qual a administração consente que terceiros utilizem privativamente de bem público, atendendo, ao mesmo tempo, aos interesses públicos e privados.
- D. () A permissão é o ato administrativo unilateral, discricionário e precário pelo qual o poder público consente que terceiro utilize bem público de modo privativo, atendendo, primordialmente, a interesse próprio.

22ª QUESTÃO – Em relação à **Resolução n. 5.136/2021**, que dispõe sobre a cautela fixa de arma de fogo pertencente à Polícia Militar de Minas Gerais, analise as assertivas abaixo:

- I. A Cautela Fixa de Arma de Fogo (CFAF) é a autorização dada pela administração, observados os critérios de conveniência e de oportunidade, para que o militar da ativa permaneça, em tempo integral e por prazo indeterminado, com a posse da arma de fogo pertencente à PMMG.
- II. A concessão da CFAF está condicionada à existência de armamento suficiente na Unidade para suprir a demanda operacional e, no caso de escassez de armas de porte, será priorizado a CFAF ao militar que não possua arma de porte particular.
- III. Poderá, a juízo discricionário do Chefe Direto, o militar que se envolver em ocorrência de gravidade, em serviço ou fora dele, ou apresentar sinais de transtorno mental ou comportamental que possa implicar em restrição para a CFAF, ser encaminhado para avaliação de saúde.
- IV. Não será concedida autorização para a CFAF ao militar da reserva remunerada, reformado ou agregado, exceção feita ao militar da reserva remunerada designado ou reconduzido para o serviço ativo.

São **CORRETAS** as assertivas:

- A. () Todas as assertivas.
- B. () III e IV, apenas.
- C. () I, II e III, apenas.
- D. () I, II e IV, apenas.

23ª QUESTÃO – Com base no disposto na Segunda Edição do Plano Estratégico 2020-2023 da Polícia Militar de Minas Gerais, aprovado pela **Resolução n. 5066/2021**, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- A. () Planejamento Estratégico é o processo de formulação dos objetivos e estratégias da organização, a partir de análise de ambientes interno e externo, buscando oportunidades e neutralização de ameaças.
- B. () Identidade Organizacional é o conjunto estruturado de atributos culturais que estão relacionados entre si e que expressa a forma como a organização se apresenta aos seus públicos interno e externo. É traduzida em três elementos principais: missão (o que a organização faz), visão (o que a organização deseja ser) e valores (princípios que norteiam suas ações).
- C. () Balanced Scorecard (BSC) é o método de medição e gestão de desempenho, que visa a assegurar a implementação efetiva do Plano Estratégico, a partir do desdobramento balanceado e alinhado da missão e visão em objetivos, indicadores, metas e iniciativas estratégicas, agrupados em quatro perspectivas originais – financeira; clientes; processos; aprendizado e crescimento – que foram adaptadas à Instituição em: sociedade; processos; pessoas; logística e tecnologia; finanças.
- D. () Projeto é um instrumento simplificado de gestão destinado ao planejamento e monitoramento das atividades necessárias para se atingir um resultado específico. Nele são estabelecidas ações, responsabilidades, formas de atuação, abrangência territorial, recursos necessários, prazos e metas.

24ª QUESTÃO – Em relação ao previsto na **Instrução Conjunta de Corregedorias n. 01 (ICCPM/BM n. 01)**, a qual estabelece padronização sobre as atividades administrativas e disciplinares no âmbito da PMMG e CBMMG, analise as assertivas abaixo:

- I. São simultâneas as transgressões que estão intimamente ligadas entre si. Em suma, uma não existe sem a outra ou não pode ser objeto de conhecimento perfeito, sem que também se tome conhecimento da outra. Citam-se como exemplos os seguintes casos: militar que, após chegar atrasado para uma chamada, simula doença; o militar que falta ao serviço, a fim de comparecer fardado a uma reunião de caráter político-partidário; militar que, por estar embriagado, efetua disparo de arma de fogo.
- II. O decoro da classe previsto no inciso III do art. 13 do CEDM é o sentimento de dignidade própria e da classe ao qual está inserido, com o apreço e o respeito de que é objeto ou se torna merecedor o indivíduo, perante os concidadãos. A proposta dessa expressão é que o sentimento e o respeito afetados por aquela transgressão devem se manifestar em relação aos militares e/ou civis que presenciaram, ou de qualquer modo, tomaram ciência do fato considerado como desabonador.
- III. O militar que tenha o atestado de licença ou dispensa emitido por profissionais de saúde (conveniado, particular, ou mesmo da rede orgânica), se não homologados pelo médico ou profissional habilitado da PMMG ou CBMMG, responderá pela transgressão contida no inciso III do art. 14 do CEDM (deixar de cumprir ordem legal ou atribuir a outrem, fora dos casos previstos em lei, o desempenho de atividade que lhe competir), em relação ao dia de ausência do serviço.

- IV. O cometimento de infração de trânsito por parte de militar, quando da condução de viatura policial/bombeiro ou outro veículo oficial, destinado ao exercício de suas funções, constituirá, em tese, a transgressão disciplinar descrita no art. 14, II, do CEDM (desídia no desempenho das funções caracterizada por fato que revele procedimento contrário às normas legais), cuja motivação se fará com a respectiva infração de trânsito descrita na Lei n. 9.503/1997 (Código de Trânsito Brasileiro) e/ou no dispositivo correspondente do Manual de Gerenciamento da Frota.

São **INCORRETAS** as assertivas:

- A. () I, II e IV, apenas.
B. () I e III, apenas.
C. () I, II e III, apenas.
D. () II e IV, apenas.

25ª QUESTÃO – Em relação à **Instrução Conjunta de Corregedorias n. 02 (ICCPM/BM n. 02)**, a qual estabelece padronização sobre as atividades administrativas e disciplinares no âmbito da PMMG e CBMMG, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- A. () O flagrante eficiente, previsto na lei processual comum, por meio do qual as pessoas são inquiridas separadamente em termos próprios e destacados entre si, compondo, ao final, um todo de natureza modular unido pelo auto de prisão em flagrante delito, deve ser empregado para a lavratura do flagrante de crime militar, por força do disposto no art. 3º, alínea “a”, do CPPM.
- B. () A interceptação telefônica poderá ser requerida diretamente pela Autoridade de Polícia Judiciária Militar (Autoridade Delegante), no curso da investigação de crimes militares punidos com penas de reclusão ou detenção, ao Juiz de Direito do Juízo Militar competente, especificando os motivos do pedido, constando expressamente que sua realização é imprescindível à apuração da infração penal, com a indicação dos meios a serem empregados.
- C. () Na autoria colateral, que se caracteriza justamente por não haver liame subjetivo entre os agentes, sendo CERTA, haverá a prisão em flagrante, por crime consumado, do responsável pela prática da infração penal militar e, por delito tentado, daquele que não conseguiu consumir o crime penal militar. Se INCERTA, haverá a prisão em flagrante de ambos por crime tentado. Em todos, os casos lavrar-se-á o APF dos militares que estiverem em flagrante delito. Caso não haja elementos suficientes para a lavratura do APF, instaurar-se-á IPM.
- D. () Testemunha anônima é aquela cuja identidade – imagem, nome, endereço, profissão e demais dados qualificativos – é preservada quando de sua audição, não constando seus dados na qualificação do depoimento, quando estiver coagida ou ameaçada em decorrência de seu depoimento, conforme a gravidade e as circunstâncias de cada caso.

26ª QUESTÃO – “Ao utilizar as mídias sociais, é fundamental a criação de conteúdo que tenha relevância e propósito para o público-alvo. A veiculação de conteúdo de baixa qualidade ou sem importância para o destinatário retira as redes sociais da instituição do *ranking* de resultados de pesquisa na internet, diminuindo a presença da PMMG nas redes e, portanto, prejudicando o fortalecimento da marca”. Conforme **Memorando n. 64/2021**, que versa sobre a utilização de Redes Sociais pelas Unidades da PMMG, analise as assertivas abaixo:

- I. A criação de perfis nas redes sociais é autorizada até o nível de Destacamento PM, desde que haja capacidade e recursos humanos na fração para manter os perfis ativos com conteúdo relevante, atualizado e em conformidade com as normas institucionais. Caberá às UDIs, o monitoramento e análise dos conteúdos veiculados pelas Unidades.
- II. Nas publicações nas redes sociais, as Unidades deverão atentar para o cuidado com a exposição de fotos de terceiros. As postagens que envolverem civis, em primeiro plano da fotografia ou vídeo, deverão somente ter os seus rostos esfumados para evitar a sua identificação. Se for em ambiente privado, não é necessária autorização do uso de imagem, considerando a autorização para estar no local e realizar a filmagem.
- III. É proibida a exposição de fotos e imagens de pessoas presas, apreendidas e custodiadas, assim como os dados pessoais de envolvidos, além de cópia na íntegra do histórico dos boletins de ocorrência nas redes sociais.
- IV. Os comentários recebidos nos perfis oficiais das Unidades nas redes sociais, quando respondidos, não devem ser com o fulcro de discussões, exceto quando se tratar de assunto relacionado diretamente à atividade operacional da Polícia Militar, tendo em vista a importância da interação com o público para gerar engajamento nas diversas redes sociais existentes.

São **CORRETAS** as assertivas:

- A. () I, II e IV, apenas.
- B. () I e II, apenas.
- C. () II e IV, apenas.
- D. () I e III, apenas.

27ª QUESTÃO – Em relação ao previsto no **Memorando n. 30.055.4/2021**, o qual esclarece acerca de mudanças realizadas pela Lei 14.071/2020 no Código de Trânsito Brasileiro, marque a alternativa **INCORRETA**:

- A. () Para o transporte de crianças em motocicletas restou definida a idade mínima de 08 (oito) anos, sendo que o descumprimento de tal regra consiste em infração de natureza gravíssima, ensejando a aplicação de medida administrativa de retenção do veículo até regularização e recolhimento do documento de habilitação, com previsão de penalidade de multa e suspensão do direito de dirigir.
- B. () A Carteira Nacional de Habilitação poderá ser expedida em meio físico e/ou digital, à escolha do condutor, em modelo único e de acordo com as especificações do Contran.

- C. () Para o transporte de crianças em veículos automotores, as crianças com idade inferior a 10 (dez) anos que não tenham atingido 1,45 m (um metro e quarenta e cinco centímetros) de altura devem ser transportadas nos bancos traseiros, em dispositivo de retenção adequado para cada idade, peso e altura, salvo exceções relacionadas a tipos específicos de veículos regulamentadas pelo Contran.
- D. () Em relação ao uso de faróis em rodovias, restou estabelecido que os veículos que não dispuserem de luzes de rodagem diurna deverão manter acesos os faróis nas rodovias de pista simples situadas fora dos perímetros urbanos, mesmo durante o dia. Sendo assim, é considerado regular o trânsito com faróis desligados no período diurno em rodovias de pista dupla ou nas rodovias de pista simples inseridas nos perímetros urbanos.

28ª QUESTÃO – Em relação ao **Memorando Técnico n. 14.3/2020**, que versa sobre cancelamento das sanções disciplinares regulada pela Lei n. 23.511/2019, e suas implicações no âmbito da PMMG, analise as assertivas abaixo:

- I. A nova redação do art. 94 da Lei 14.310/2002 determina que “Decorridos cinco anos de efetivo exercício a contar da data de publicação da última transgressão, o militar sem nenhuma outra punição terá suas penas disciplinares canceladas mediante solicitação e, caso possua conceito ‘B’ com pontuação negativa ou conceito ‘C’, terá sua respectiva pontuação negativa cancelada automaticamente, sendo reclassificado no conceito ‘B’ com zero ponto”.
- II. Caso o militar possua conceito “B” com pontuação positiva, nos termos da nova redação legal, a sua pontuação será mantida e este receberá, a cada ano sem punição, dez pontos positivos, até atingir o conceito “A”.
- III. Após dois anos de sua transferência para a inatividade, o militar classificado no conceito “C” será automaticamente reclassificado no conceito “A”.
- IV. As punições canceladas serão suprimidas do registro de alterações do militar, proibida qualquer referência a elas, a partir do ato de cancelamento.

São **CORRETAS** as assertivas:

- A. () II e IV, apenas.
- B. () III e IV, apenas.
- C. () Todas as assertivas.
- D. () I, II e III, apenas.

29ª QUESTÃO – Com a aproximação do pleito eleitoral para o ano de 2022, o Tenente “Do Povo”, lotado no 99º BPM, pretende candidatar-se ao cargo de Deputado Estadual no Estado de Minas Gerais. Nesse sentido, de acordo com a **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**, especialmente sobre as condições de elegibilidade a serem obedecidas pelos candidatos, marque a assertiva que **NÃO** está em conformidade com o texto constitucional:

- A. () Pleno exercício dos direitos políticos.
- B. () Ter idade mínima de 18 (dezoito) anos.
- C. () Ter nacionalidade brasileira.
- D. () Possuir domicílio eleitoral na circunscrição.

30ª QUESTÃO – Nos exatos termos da **Constituição do Estado de Minas Gerais de 1989**, a Defesa Social é organizada de forma sistêmica visando, **EXCETO**:

- A. () Garantir a segurança pública, mediante a manutenção da ordem pública, com a finalidade de proteger o cidadão, a sociedade e os bens públicos e privados, coibindo os ilícitos penais e as infrações administrativas.
- B. () Prestar a defesa civil, por meio de atividades de socorro e assistência, em casos de calamidade pública, sinistros e outros flagelos.
- C. () Promover a integração urbana, com a finalidade de prevenir catástrofes.
- D. () Promover a integração social, com a finalidade de prevenir a violência e a criminalidade.

31ª QUESTÃO – Durante a formatura do Curso Tático Móvel do 99º BPM, o Comandante da UEOp, no momento de valorizar e reconhecer os policiais militares que se destacaram no curso, quando da colocação do distintivo do curso no colete compartimentado do militar graduado segundo colocado, este, insatisfeito por não ter obtido a primeira colocação do curso, retira de seu colete o distintivo e o joga fora ao solo, como forma de menosprezo. Diante da situação hipotética apresentada, no que se refere ao crime praticado pelo graduado, nos termos do **Decreto-Lei n. 1.001, de 21 de outubro de 1969** (Código Penal Militar), assinale a assertiva **CORRETA**:

- A. () Desrespeito a superior.
- B. () Desrespeito a símbolo nacional.
- C. () Despojamento desprezível.
- D. () Violência contra superior.

32ª QUESTÃO – No que se refere aos atos que compõem o processo de deserção de Oficial, nos termos do **Decreto-Lei n. 1.002, de 21 de outubro de 1969** (Código de Processo Penal Militar), assinale a assertiva **INCORRETA**:

- A. () Transcorrido o prazo para consumir-se o crime de deserção, o comandante da unidade, ou autoridade correspondente ou ainda a autoridade superior, fará lavrar o termo de deserção circunstanciadamente, inclusive com a qualificação do desertor, assinando-o com duas testemunhas idôneas, publicando-se em boletim ou documento equivalente, o termo de deserção, acompanhado da parte de ausência.
- B. () O oficial desertor será agregado, permanecendo nessa situação somente até se apresentar à autoridade militar e, após capturado, será exonerado de suas funções até decisão transitada em julgado.
- C. () Feita a publicação, a autoridade militar remeterá, em seguida, o termo de deserção à auditoria competente, juntamente com a parte de ausência, o inventário do material permanente da Fazenda Nacional e as cópias do boletim ou documento equivalente e dos assentamentos do desertor.

- D. () Apresentando-se ou sendo capturado o desertor, a autoridade militar fará a comunicação ao Juiz-Auditor, com a informação sobre a data e o lugar onde o mesmo se apresentou ou foi capturado, além de quaisquer outras circunstâncias concernentes ao fato. Em seguida, procederá o Juiz-Auditor ao sorteio e à convocação do Conselho Especial de Justiça, expedindo o mandado de citação do acusado, para ser processado e julgado. Nesse mandado, será transcrita a denúncia.

33ª QUESTÃO – Em 31 de março de 2021 foi publicada a Lei Federal n.14.132, que altera o **Código Penal** para incluir o art.147-A, tipificando o crime de perseguição (stalking), o qual, ainda que inove o ordenamento jurídico com um tipo penal específico, coloca em evidência algo que a doutrina (nacional e estrangeira) já debate há tempos. Nesse sentido, a respeito do delito de “PERSEGUIÇÃO”, marque a assertiva **CORRETA**:

- A. () A ação penal é pública incondicionada.
B. () O crime pode ser praticado nas modalidades culposa ou dolosa.
C. () Somente pessoa do sexo masculino (homem) pode ser sujeito ativo do delito de Perseguição.
D. () O tipo penal é formado pelo verbo nuclear perseguir e pelos meios: ameaçando, restringindo, invadindo ou perturbando.

34ª QUESTÃO – Referente à “Cadeia de Custódia”, prevista no **Decreto-Lei n. 3.689, de 03 de outubro de 1941** (Código de Processo Penal), assinale a assertiva **INCORRETA**:

- A. () O início da cadeia de custódia dá-se com o despacho da autoridade judicial para o isolamento e acondicionamento do vestígio.
B. () Vestígio é todo objeto ou material bruto, visível ou latente, constatado ou recolhido, que se relaciona à infração penal.
C. () O agente público que reconhecer um elemento como de potencial interesse para a produção da prova pericial fica responsável por sua preservação.
D. () A coleta dos vestígios deverá ser realizada preferencialmente por perito oficial, que dará o encaminhamento necessário para a central de custódia, mesmo quando for necessária a realização de exames complementares.

35ª QUESTÃO – A Improbidade Administrativa é um dos maiores males que assolam a máquina administrativa do Estado Brasileiro e um dos aspectos negativos da má administração que exigem a implementação de um controle social mais rigoroso e eficaz. O vocábulo improbidade, etimologicamente, deriva do latim *improbitas*, que significa má qualidade, malícia, sendo empregado para designar a conduta administrativa corrupta, desonesta. Em termos gerais, qualifica toda e qualquer conduta omissiva ou comissiva, que promova o desvirtuamento da Administração Pública de seus fundamentos básicos de moralidade, afrontando os princípios da ordem jurídica do Estado de direito, e principalmente, que seja atentatória ao patrimônio público e ao bem-estar da sociedade. (extraído de: <https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direito-administrativo/improbidade-administrativa-o-que-vem-a-ser-e-como-deve-ser-feito-o-seu-controle/-acesso-em-30/11/2021>)

Nesse sentido, de acordo com a **Lei Federal n. 8.429, de 2 de junho de 1992** (dispõe sobre as sanções aplicáveis em virtude da prática de atos de improbidade administrativa), assinale a assertiva **INCORRETA**:

- A. () Constitui crime, com pena de detenção de seis a dez meses e multa, a representação por ato de improbidade contra agente público ou terceiro beneficiário, quando o autor da denúncia o sabe inocente. Além da sanção penal, o denunciante está sujeito a indenizar o denunciado pelos danos materiais, morais ou à imagem que houver provocado.
- B. () A perda da função pública e a suspensão dos direitos políticos só se efetivam com o trânsito em julgado da sentença condenatória, podendo a autoridade judicial competente determinar o afastamento do agente público do exercício do cargo, do emprego ou da função, sem prejuízo da remuneração, quando a medida for necessária à instrução processual ou para evitar a iminente prática de novos ilícitos, pelo prazo de até 90 (noventa) dias, prorrogáveis uma única vez por igual prazo, mediante decisão motivada.
- C. () O sucessor ou o herdeiro daquele que causar dano ao erário ou que se enriquecer ilicitamente estão sujeitos apenas à obrigação de repará-lo até o limite do valor da herança ou do patrimônio transferido.
- D. () A posse e o exercício de agente público ficam condicionados à apresentação de declaração de imposto de renda e proventos de qualquer natureza, que tenha sido apresentada à Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, a fim de ser arquivada no serviço de pessoal competente, que deverá ser atualizada anualmente, sendo que a sua apresentação/atualização não será necessária quando o agente público deixar o exercício do mandato, do cargo, do emprego ou da função.

36ª QUESTÃO – De acordo com a **Lei Federal n. 10.826, de 22 de dezembro de 2003** (dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas – SINARM, define crimes e dá outras providências), analise as assertivas abaixo e, em seguida, assinale a alternativa **CORRETA**:

- I. As armas de fogo utilizadas pelos empregados das empresas de segurança privada e de transporte de valores, constituídas na forma da lei, serão de propriedade, responsabilidade e guarda das respectivas empresas, somente podendo ser utilizadas quando em serviço, devendo essas observar as condições de uso e de armazenagem estabelecidas pelo órgão competente, sendo o certificado de registro e a autorização de porte expedidos pela Polícia Federal em nome da empresa.
- II. Os integrantes das guardas municipais dos Municípios com mais de 50.000 (cinquenta mil) e menos de 500.000 (quinhentos mil) habitantes, terão direito de portar arma de fogo de propriedade particular ou fornecida pela respectiva corporação ou instituição, mesmo fora de serviço, com validade em âmbito nacional.
- III. O Certificado de Registro de Arma de Fogo, com validade em todo o território nacional, autoriza o seu proprietário a manter a arma de fogo exclusivamente no interior de sua residência ou domicílio, ou dependência desses, ou, ainda, no seu local de trabalho, independentemente de ser ele o titular ou o responsável legal pelo estabelecimento ou empresa.

IV. Para adquirir arma de fogo de uso permitido o interessado deverá declarar a efetiva necessidade, apresentar documento comprobatório de ocupação lícita e de residência certa, comprovar a sua capacidade técnica e de aptidão psicológica para o manuseio de arma de fogo, além de apresentar documentos comprobatórios de sua idoneidade, com a apresentação de certidões negativas de antecedentes criminais fornecidas pela Justiça Federal, Estadual, Militar e Eleitoral, levando-se em conta somente os processos com sentença transitada em julgado. Nesse sentido, não há qualquer relevância se o interessado estiver respondendo a inquérito policial ou a processo criminal.

- A. () Somente 02 (duas) assertivas estão corretas.
- B. () Somente 01 (uma) assertiva está correta.
- C. () Somente 01 (uma) assertiva está incorreta.
- D. () Todas as assertivas estão incorretas.

37ª QUESTÃO – De acordo com a Lei Federal n. 12.527, de 18 de novembro de 2011 (regula o acesso a informações previsto na Constituição Federal), assinale a alternativa CORRETA:

- A. () Utilizar indevidamente, bem como subtrair, destruir, inutilizar, desfigurar, alterar ou ocultar, total ou parcialmente, informação que se encontre sob sua guarda ou a que tenha acesso ou conhecimento em razão do exercício das atribuições de cargo, emprego ou função pública e agir com dolo ou má-fé na análise das solicitações de acesso à informação, são, dentre outras, condutas ilícitas que ensejam responsabilidade do agente público ou militar, afastado a possibilidade desses servidores em responder por improbidade administrativa.
- B. () A informação em poder dos órgãos e entidades públicas, observado o seu teor e em razão de sua imprescindibilidade à segurança da sociedade ou do Estado, poderá ser classificada como ultrassecreta, secreta ou reservada, cujos prazos máximos de restrição de acesso à informação vigorarão a partir da data de sua produção sendo, respectivamente, 25 (vinte e cinco) anos, 15 (quinze) anos e 5 (cinco) anos.
- C. () Em regra, não poderá ser negado acesso à informação necessária à tutela judicial ou administrativa de direitos fundamentais, contudo, em relação às informações ou documentos que versem sobre condutas que impliquem violação dos direitos humanos praticada por agentes públicos ou a mando de autoridades públicas, somente poderão ser objeto de restrição de acesso pelo prazo máximo de 05 (cinco) anos, ou seja, poderão ser classificados como reservado.
- D. () A Lei de Acesso à Informação dispõe sobre os procedimentos a serem observados pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, com o fim de garantir o acesso a informações, nos termos da Constituição Federal, ficando desobrigados ao regime desta Lei o órgão do Ministério Público em âmbito federal e estadual, por força de sua respectiva Lei Orgânica.

38ª QUESTÃO – No que se refere à **Lei Federal n. 12.850, de 02 de agosto de 2013** (define organização criminosa e dispõe sobre a investigação criminal, os meios de obtenção da prova, infrações penais correlatas e o procedimento criminal), enumere a segunda coluna de acordo com a primeira e, na sequência, responda o que se pede:

- | | |
|--|--|
| (1) Trata-se de tarefas de investigação, mediante representação pelo delegado de polícia ou requerida pelo Ministério Público, após manifestação técnica do delegado de polícia quando solicitada no curso de inquérito policial, sendo precedida de circunstanciada, motivada e sigilosa autorização judicial, que estabelecerá seus limites. | () Acordo de colaboração premiada. |
| (2) Informações referentes a nome e endereço de assinante ou de usuário registrado ou autenticado para a conexão a quem endereço de IP, identificação de usuário ou código de acesso tenha sido atribuído no momento da conexão. | () Dados cadastrais. |
| (3) É negócio jurídico processual e meio de obtenção de prova, que pressupõe utilidade e interesse públicos. As negociações ocorrerão entre o delegado de polícia, o investigado e o defensor, com a manifestação do Ministério Público, ou, conforme o caso, entre o Ministério Público e o investigado ou acusado e seu defensor, não havendo a participação do juiz. | () Ação controlada. |
| (4) Informações referentes a hora, data, início, término, duração, endereço de Protocolo de Internet utilizado e terminal de origem da conexão. | () Infiltração de agentes de polícia. |
| (5) Consiste em retardar a intervenção policial ou administrativa relativa à ação praticada por organização criminosa ou a ela vinculada, desde que mantida sob observação e acompanhamento para que a medida legal se concretize no momento mais eficaz à formação de provas e obtenção de informações, será previamente comunicado ao juiz competente que, se for o caso, estabelecerá os seus limites e comunicará ao Ministério Público. | () Dados de conexão. |

Marque a alternativa que contém a sequência **CORRETA** de respostas, na ordem de cima para baixo:

- A. () 1, 4, 5, 3, 2.
B. () 3, 5, 4, 2, 1.
C. () 3, 2, 5, 1, 4.
D. () 5, 2, 3, 1, 4.

39ª QUESTÃO – No que se refere à **Lei Federal n. 14.133, de 01 de abril de 2021**, que trata da Lei de Licitações e Contratos Administrativos, e o **Decreto-lei nº 4.657, de 04 de setembro de 1942**, que trata sobre a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, analise as assertivas abaixo e, na sequência, assinale a alternativa **CORRETA**:

- I. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração especialmente designados, ou pelos respectivos substitutos, permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição, devendo, dentre outras obrigações, anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
 - II. É dispensável a análise jurídica nas hipóteses previamente definidas em ato da autoridade jurídica máxima competente, que deverá considerar o baixo valor, a baixa complexidade da contratação, a entrega imediata do bem ou a utilização de minutas de editais e instrumentos de contrato, convênio ou outros ajustes previamente padronizados pelo órgão de assessoramento jurídico.
 - III. Será executada no Brasil a sentença proferida no estrangeiro, desde que proferida por juiz competente, dentre outros requisitos, contudo não há a necessidade de ser a sentença traduzida por intérprete autorizado nem ter sido homologada pelo Supremo Tribunal Federal.
 - IV. Não se destinando à vigência temporária, em regra, a lei terá vigor até que outra a modifique ou revogue. Assim, a lei posterior revoga a anterior quando expressamente o declare, quando seja com ela incompatível ou quando regule inteiramente a matéria de que tratava a lei anterior, contudo uma lei revogada se restaura automaticamente por ter a lei revogadora perdido a vigência.
- A. () Somente 02 (duas) assertivas estão corretas.
 - B. () Somente 01 (uma) assertiva está correta.
 - C. () Somente 03 (três) assertivas estão corretas.
 - D. () Todas as assertivas estão corretas.

40ª QUESTÃO – Referente à “Menagem”, prevista no **Decreto-Lei n. 1.002, de 21 de outubro de 1969** (Código de Processo Penal Militar), assinale a alternativa **CORRETA**:

- A. () A menagem poderá ser concedida pelo juiz, mediante requerimento do ministério público, nos crime cujo máximo da pena privativa de liberdade não exceda a oito anos, tendo-se, porém, em atenção a natureza do crime e os antecedentes do acusado.
- B. () A menagem não será cassada até o transito em julgado da sentença condenatória.
- C. () Ao reincidente se concederá menagem.
- D. () A menagem concedida em residência ou cidade não será levada em conta no cumprimento da pena.

-----corte aqui-----

RASCUNHO DO GABARITO

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40